

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Bolsonaro defende gado em terra indígena para baixar preço da carne	2
Título: Leilão de transmissão bate recorde de deságio	3
Título: Petrobras busca uma nova destinação para o Comperj	6
Título: BNDES garante R\$ 2 bilhões para térmica da Marlim	8
Título: Curtas	10
Título: Máxima faz fundo para energia com R\$ 100 milhões	10
Título: Privatização vai acelerar em 2020, diz Mattar	11
Título: Estradas recebem os primeiros eletropostos	19
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: Leilão da Aneel atrai R\$ 4,18 bi em investimentos	20
Título: ‘Não há espaço para o centro em 2022’	22
Título: Preço por refinarias da Petrobrás deve ir a R\$ 50 bi com interesse de estrangeiros..	25
Título: Distribuidoras preparam entrada no setor de refino	27
Título: Boleia	28
Título: Retomada da venda da Braskem só no fim de 2020	29
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	30
Título: Disputado, leilão de transmissão atrai R\$ 4,2 bi em investimentos privados	30
VEÍCULO: O Globo.....	32
Título: Leilão de projetos de transmissão de energia atrai R\$ 4,2 bilhões	32
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	33
Título: ICMS assombra mineração de bauxita.....	33

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/12/2019****Seção: Brasil****Autor: Fabio Murakawa — De Brasília****Título: Bolsonaro defende gado em terra indígena para baixar preço da carne**

O presidente Jair Bolsonaro defendeu ontem a criação de gado em terras indígenas como forma de baixar o preço da carne. Ele afirmou ainda que pretende enviar ao Congresso Nacional uma proposta para permitir a mineração e a pecuária nessas terras, que classificou como uma “Lei Áurea para o índio”.

Bolsonaro falou sobre o assunto após ser abordado por uma líder indígena à porta do Palácio da Alvorada. Irisnaide de Souza Silva, da etnia macuxi, vive na reserva Raposa Serra do Sol e viajou desde Roraima para apresentar ao presidente um projeto para a criação de gado em sua comunidade e outros dois para cultivos agrícolas.

“Eu quero dar independência para eles. Se ela [Irisnaide] quer pegar sua terra arrendar para alguém plantar soja ou plantar milho lá, faça isso respeitando a legislação nossa”, disse Bolsonaro. “O índio vai poder fazer tudo na sua terra que o fazendeiro faz na dele. E ponto final.”

Depois, Bolsonaro fez referência à alta dos preços da carne no Brasil, provocada pelo aumento das exportações para a China e por uma seca que afetou as pastagens.

“O preço da carne subiu? Temos que criar mais boi aqui. Para diminuir o preço da carne, eles [indígenas] podem criar boi”, afirmou.

O presidente disse, então, ter conversado com o **ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia)** a esse respeito. Ele afirmou que já há um texto pronto para envio ao Congresso abordando a agricultura e a mineração nessas terras. “Vai ser tudo num projeto só, a ideia é essa”, disse Bolsonaro. “Não teve a Lei Áurea? Vamos inventar um nome aí, a Lei Áurea para o índio.”

Questionado, o Ministério de Minas e Energia confirmou que o projeto a que o presidente se referiu já foi enviado à Casa Civil.

Bolsonaro convidou Irisnaide ao Planalto. Quando ela chegou ao gabinete presidencial, encontrou também o presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Marcelo Augusto Xavier da Silva.

“Ele [Bolsonaro] chamou o presidente da Funai para ver o nosso projeto de bovinocultura nas comunidades indígenas porque eles entendem dessas coisas técnicas”, contou Irisnaide ao **Valor**. “O presidente da Funai gostou dos projetos.”

Segundo Irisnaide, além de conversar sobre a pecuária na Comunidade Indígena Santa Creuza, ela apresentou a Bolsonaro e Silva projetos para o plantio de 100 hectares de mandioca e 500 hectares de milho. À tarde, recebeu um telefonema do senador Telmário Mota (Pros-RR), com a promessa de destinar R\$ 2 milhões em emenda parlamentar extra para a mandioca.

O uso de terra indígena para pecuária e mineração em larga escala enfrenta resistência no Congresso.

Em agosto, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara deu aval a uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de autoria de Vicentinho Júnior (PL-TO), para permitir atividade florestal e agropecuária nesses territórios.

Porém, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não criou a comissão especial necessária para prosseguir com a tramitação da proposta.

Maia também já criticou a ideia de Bolsonaro de facilitar o garimpo nas reservas.

“Não é porque tem garimpo ilegal que a gente vai tratar de legalizar o garimpo”, disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima e Taís Hirata — De São Paulo

Título: Leilão de transmissão bate recorde de deságio

Último leilão federal do ano, a concorrência de ontem por linhas de transmissão foi marcada por forte interesse dos competidores, o que se traduziu no maior deságio da história. Com elevado número de ofertantes por lote e disputas a viva-voz, o desconto médio sobre a Receita Anual Permitida (RAP) atingiu

60,3%, superando o recorde de 55,3% de 2018. O leilão também se destacou pelo perfil diversificado de investidores, com participação tanto de grupos tradicionais quanto de empresas de médio e pequeno porte, que ofereceram lances agressivos e conseguiram desbancar grandes competidores.

No certame, foram arrematados todos os 12 lotes oferecidos, incluindo aqueles com empreendimentos que já haviam sido ofertados anteriormente.

Distribuídos em 12 Estados, os projetos envolvem 2.470 km de linhas e subestações com capacidade de transformação de 7.800 mega-volt-ampères (MVA). No total, são estimados investimentos de cerca de R\$ 4,2 bilhões e geração de 8.782 empregos diretos.

Estão previstos dois leilões de transmissão em 2020. O primeiro deles vai oferecer sete lotes em seis Estados

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a licitação proporcionará economia ao sistema da ordem de R\$ 430 milhões por ano. Desse total, R\$ 210 milhões devem vir da redução na Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) com a oferta do lote 11, com empreendimentos no Acre.

Ao todo, 38 empresas participaram da concorrência, que contou com a presença de estrangeiros já conhecidos no país, como os colombianos do grupo ISA e os portugueses da EDP. Quem se sagrou como a grande campeã foi a ISA CTEEP: os três lotes arrematados pela companhia (1, 6 e 7) somam R\$ 1,3 bilhão em investimentos, cerca de 30% do total do leilão.

Na avaliação do mercado, os resultados do certame de ontem comprovam que o setor elétrico segue como um vetor de boas notícias ao governo federal. Para Laura Souza, sócia de Energia do escritório Machado Meyer, a licitação trouxe um novo vigor ao país após a frustração com o megaleilão de petróleo. A especialista observa que, embora os mercados de energia e óleo e gás não sejam diretamente comparáveis, a decepção com os leilões de cessão onerosa e da 6ª Rodada de partilha de produção haviam gerado ceticismo quanto a atratividade do Brasil ao investimento estrangeiro.

Mesmo os deságios agressivos não devem ser encarados como lances de “aventureiros”, que poderiam trazer algum risco à viabilidade dos projetos, avalia a Thymos Energia. “As empresas estão aceitando correr um risco maior, com expectativa de antecipar a entrega da linha”, afirma João Carlos Mello, presidente da consultoria.

Grande vencedora do certame, a ISA CTEEP foi responsável por elevar os deságios da competição. Segundo o diretor financeiro da companhia, Alessandro Gregori, a estratégia era justamente essa: se concentrar nos empreendimentos

que trariam mais sinergias às suas operações e pelos quais poderia oferecer lances “ganhadores”.

Além da própria atratividade dos projetos, o interesse da ISA CTEEP no certame demonstrou a confiança do grupo no Brasil, de acordo com o diretor técnico Carlos Ribeiro. “Estamos em um ciclo virtuoso, com crescimento importante. A estabilidade regulatória e jurídica nos dá condições de vir aqui e colocarmos nossas ofertas de forma consciente e planejada.”

Somando os empreendimentos conquistados ontem, a ISA CTEEP tem 13 projetos de transmissão em andamento. Nos últimos três anos, a companhia arrematou dez lotes, que somam investimentos estimados em R\$ 2,9 bilhões. Desses, nove estão em desenvolvimento e um deles, o Itapura-Bauru, foi energizado no terceiro trimestre, com 18 meses de antecedência em relação ao prazo estipulado pela Aneel.

Outro destaque do leilão foi a presença de novos investidores - principalmente companhias com mais experiência em construção e não tanto em operação de linhas de transmissão. É o caso da Zopone Engenharia e Comércio, que levou dois lotes. No primeiro deles, arrematou sozinha uma linha de transmissão de 238 quilômetros entre Minas Gerais e Rio de Janeiro. O segundo lote, que a construtora ganhou em consórcio com a Sollo Participações (Consórcio Norte), é um dos mais complexos licitados ontem: uma linha de 672 quilômetros no Acre, onde questões de licenciamento ambiental costumam gerar entraves.

Outro grupo menos tradicional que chamou a atenção foi o Consórcio VSF, formado pela KF Participações e pela JAP Participações. As empresas são donas da Jaac, que começou a atuar no setor de transmissão no fim do ano passado, quando arrematou uma linha de transmissão no Amazonas. A companhia também ficou conhecida no setor em meados de 2018, quando teve problemas técnicos para se habilitar para o leilão e entrou com uma liminar que paralisou a concorrência por sete horas.

Outras empresas menos tradicionais que arremataram lotes ontem foram a construtora paranaense Montago, que tem experiência em construção de linhas; a Engepar, empresa do Mato Grosso do Sul; e a Barollo Participações.

A entrada desses grupos menores no setor já era esperada, por conta da oferta de lotes pequenos. E a expectativa é de que essa se torne tendência para os próximos leilões. “As grandes linhas serão menos frequentes. Vai haver mais conexões regionais, de tensão mais baixa, e não vejo grande insegurança na entrada de empresas menores nesses ativos”, diz João Carlos Mello, da Thymos Energia.

Questionado sobre o possível risco em relação a esses novos agentes, Rodrigo Limp, diretor da Aneel, disse que o órgão regulador faz a avaliação prévia à assinatura do contrato e que tem mecanismos para garantir que as companhias terão capacidade de entregar os empreendimentos dentro do cronograma e operá-los. “Vemos com satisfação a entrada de novos ‘players’. Isso é bom para a competição. Caso [a empresa] não atenda requisitos de qualidade, terá descontos na receita. Caso a empresa queira transferir controle, faremos novamente a análise do novo controlador.”

Estão previstos dois leilões de transmissão em 2020. A concorrência do primeiro semestre deverá licitar sete lotes de linhas em seis Estados. Entre eles, deverão estar lotes da Amazonas Geração e Transmissão (GT) - linhas na região Norte, principalmente no Amazonas. Hoje a Amazonas GT (fruto da cisão com a Amazonas Distribuição) está operando essas linhas como designada, mas optou por não seguir com os ativos. A essas linhas já construídas serão agregadas novas instalações, combinando ativos existentes e novas obras.

Já o leilão previsto para o segundo semestre ainda está em elaboração pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), mas já existe a previsão de ao menos R\$ 9 bilhões de investimentos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/12/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Petrobras busca uma nova destinação para o Comperj

Ao encerrar as negociações com a chinesa CNPC para retomada das obras da refinaria do Comperj, em Itaboraí (RJ), a Petrobras pôs uma pá de cal naquele que era, originalmente, um projeto de um complexo petroquímico, mas que, ao fim, será algo bem diferente de tudo o que se planejou durante o período de bonança da estatal. Num momento em que se volta para o enxugamento de seu parque de refino, a petroleira brasileira busca, agora, alternativas para usar, pelo menos em parte, as instalações ociosas do projeto - que se tornou um dos maiores símbolos de desperdício de recursos e corrupção da história da estatal.

Inicialmente concebido como um complexo petroquímico, o Comperj se tornou, posteriormente, num projeto de refino. O plano era construir dois trens de 165 mil barris/dia cada - que, depois, viraram apenas um. Nesta semana, o conselho de administração da Petrobras cancelou o projeto da refinaria em parceria com a CNPC, por inviabilidade econômica.

A ideia, agora, é fazer do Comperj um hub de gás natural. A Petrobras está investindo US\$ 4 bilhões numa unidade de processamento no local e avalia instalar uma termelétrica no complexo, para aproveitar o gás do pré-sal que chegará ao Comperj pelo gasoduto de escoamento Rota 3.

Outra opção em estudo é que parte dos equipamentos inicialmente previstos para o complexo petroquímico seja utilizada para a construção de uma usina de lubrificantes no local. Os investimentos para o projeto foram incluídos no orçamento do plano de negócios 2020-2024. “Tem algum valor ali. Mas não é um número definitivo [de investimento]”, disse o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, neste mês.

O tamanho do desperdício do Comperj é superlativo: o empreendimento será abandonado com mais de 80% das obras executadas e já tendo absorvido investimentos de mais de US\$ 13 bilhões. Dinheiro irrecuperável. Desde 2014, a empresa já contabilizou baixa contábil de US\$ 10,2 bilhões por perdas por redução ao valor recuperável do ativo ("impairment").

Este ano, a Petrobras chegou a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de R\$ 815 milhões com o Ministério Público Estadual e com o governo do Rio, para compensar parte de perdas sociais e ambientais devido à paralisação do Comperj.

O empreendimento acumula um histórico de erros de projeto, sobrecustos e corrupção e esteve nos holofotes das investigações da Lava-Jato. Os desvios nas obras do Comperj foram a base da primeira condenação do ex-governador do Rio Sérgio Cabral, preso por recebimento de propina da Andrade Gutierrez, no valor de R\$ 2,7 milhões, relativa ao contrato das obras de terraplanagem.

A construção da refinaria do Comperj foi interrompida em 2015. Sem dinheiro em caixa para tocar o empreendimento, num momento em que as empreiteiras brasileiras entraram em crise, uma a uma, em meio aos desdobramentos da Lava-Jato, a Petrobras decidiu então que só retomaria as obras se conseguisse uma sócia. Foi nesse contexto, na gestão Pedro Parente, que a companhia iniciou as conversas com a CNPC.

As partes chegaram a avançar na definição de alguns detalhes da parceria: uma das alternativas era a possibilidade de a chinesa investir na conclusão do projeto, em troca de uma fatia de 20% no empreendimento e no cluster de produção de Marlim, na Bacia de Campos. A estatal chegou a calcular em US\$

2,3 bilhões o custo para concluir a refinaria, mas estimativas do mercado apontavam para mais de US\$ 3 bilhões.

Este ano, porém, as conversas perderam fôlego. A parceria está desalinhada com o que pensa Castello Branco, que prega um movimento mais agressivo na redução da participação da petroleira no refino. Dentro de uma ótica de gestão que prioriza a rentabilidade e que se distancia da visão de uso da estatal como agente de desenvolvimento social, pesou a inviabilidade econômica do projeto.

O plano de negócios da empresa prevê investimentos de US\$ 6,1 bilhões em refino no período 2020-2024. Com a expectativa de abertura do setor, a Petrobras quer concentrar investimentos na melhoria da competitividade de suas unidades, para fazer frente à concorrência. A empresa opera, atualmente, 13 refinarias e tem planos de se desfazer de oito delas e manter apenas as cinco unidades localizadas no eixo Rio-São Paulo.

A companhia espera investir basicamente, na manutenção das instalações, mas prevê também novas unidades de hidrotreatamento (voltadas para redução do teor de enxofre) de diesel na Replan (Paulínia-SP), Reduc e RPBC (Cubatão-SP) e de hidrocrackeamento catalítico na Reduc. A diretora de refino de gás da Petrobras, Anelise Lara, disse, em novembro, que as novas unidades visam a obter um diesel “mais sustentável, com menos enxofre” e produzir “lubrificantes de alta qualidade, de segunda geração”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/12/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: BNDES garante R\$ 2 bilhões para térmica da Marlim

A Marlim Azul Energia - joint venture formada pelo grupo Pátria, Shell e Mitsubishi - deu um passo importante na estruturação financeira da termelétrica a gás natural de 565,5 megawatts que será construída pela empresa em Macaé, no Norte Fluminense. A companhia fechou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e garantiu R\$ 2,06 bilhões para iniciar as obras a partir de 2020.

Presidente da Marlim Azul, Bruno Chevalier conta que, para o ano que vem, a companhia se prepara também para os próximos leilões de energia, na tentativa de emplacar a expansão de seu parque de geração em Macaé. A empresa tem mais dois projetos de 620 MW licenciados para as oportunidades de 2020, que

contará com três licitações: o A-4 e o A-5 de abril, que poderão contratar tanto usinas existentes quanto projetos novos, e o A-6, no segundo semestre, para contratação de energia nova.

“Temos esperança que em 2020 possamos ganhar algum leilão. Temos três chances. Acredito que [o A-4 e A-5] sejam mais competitivos, porque entram projetos de energia velha, já amortizados, que vão tentar obter um novo contrato. A previsão é que esses leilões sejam mais difíceis, com preços mais altos, prazos mais curtos, usinas já amortizadas em concorrência com as nossas. O A-6 será tradicional, um leilão que acredito que temos competitividade”, afirmou.

Chevalier disse que aguarda com expectativa um posicionamento do Estado do Rio sobre o diferimento do ICMS sobre a aquisição de gás. Ele lembra que um decreto do governo fluminense deste ano já garantiu o diferimento para a aquisição de equipamentos para as usinas. A extensão desse benefício para a compra de gás é, segundo ele, um diferencial para aumentar a competitividade dos projetos termelétricos do Rio, uma vez que outros Estados já trabalham atualmente com esse diferimento.

O executivo destacou que encontrar um mercado consumidor para o gás é um dos principais desafios para destravar o setor. “O destino natural desse gás será o consumo termelétrico”, afirmou.

Negociada no leilão de energia nova de 2017, a usina de Marlim Azul I será a primeira termelétrica a consumir o gás do pré-sal e marca a estreia da Shell no setor de geração de energia elétrica no Brasil. A petroleira será a fornecedora da unidade, que consumirá, ao todo, 2,5 milhões de metros cúbicos diários. A Mitsubishi Hitachi Power Systems Americas (MHPS) será fornecedora dos equipamentos.

O projeto exigirá investimentos de R\$ 2,5 bilhões. A expectativa é que o financiamento do BNDES represente 80% desse montante. O restante virá de recursos próprios dos sócios, na proporção de suas respectivas participações na Marlim Azul: Pátria Investimentos, com 50,1%, a Shell com 29,9% e a MHPS com 20%.

Chevalier conta que a opção pelo BNDES se mostrou competitiva. O executivo lembra que a condição de mercado é favorável, em função da queda das taxas de juros e da disponibilidade maior de financiadores privados.

Ele disse que 2019 foi um “ano preparatório”. A companhia fez a terraplanagem do local e espera começar as obras da térmica, em si, a partir de janeiro. A

previsão é que a usina seja concluída em 2022 e que as obras gerem, no pico, 1,5 mil empregos diretos.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	20/12/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Downey e Passos na Vale

O conselho de administração da Vale confirmou ontem a indicação de Roger Downey e de Murilo Passos para o colegiado da mineradora. Ambos foram indicados pela Litel, veículo de participação dos fundos de pensão na companhia, e chegam para aportar sua experiência na indústria de mineração. Downey e Passos já ocuparam postos executivos na Vale.

Minério sobe

Os preços do minério de ferro voltaram a subir no mercado transoceânico. Segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com teor de 62% no porto de Qingdao fechou o dia negociado a US\$ 93,77 a tonelada, alta de 0,61%. Em dezembro, a valorização está em 7,2% e, no ano, os ganhos acumulados se mantêm em 28,9%.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	20/12/2019
Seção:	Finanças
Autor:	Rodrigo Polito — Do Rio
Título:	Máxima faz fundo para energia com R\$ 100 milhões

A comercializadora de energia Máxima Energia levantou nas últimas semanas R\$ 100 milhões com dois bancos privados europeus em um fundo de investimentos em direitos creditórios (FIDC) voltado para financiar a compra e venda de energia no Brasil. O nome dos bancos, no entanto, não foram revelados, devido a um contrato de confidencialidade.

Os recursos serão utilizados por uma comercializadora específica, a Vix Energia, criada para esta finalidade e que começa a operar este mês. Na prática, a Vix fará pré-pagamentos pela compra de energia de projetos de geração já em operação e venderá esses montantes no mercado livre. A Vix, então, cederá os

recebíveis desses contratos de venda para o fundo. Na prática, como bancos e fundos não podem comprar e vender energia diretamente no mercado, a ideia é que eles possam participar de operações do tipo por meio da Vix.

Segundo Rafael Bispo, presidente da Máxima Energia, ao mesmo tempo que a taxa básica de juros alcança sua mínima histórica, há um excesso de liquidez no exterior e um interesse do mercado de capitais por novos negócios, como o setor elétrico brasileiro.

Essa combinação, por exemplo, motivou a criação de um fundo de investimento e participações em infraestrutura (FIP-IE) lançado em novembro pela Vinci Energia e voltado para ativos de geração e transmissão de energia em operação no país. A iniciativa captou R\$ 420 milhões de mais de 5,5 mil investidores qualificados do varejo em sua oferta inicial.

Segundo Bispo, assim como o fundo criado pela Vinci, o FIDC tem perfil conservador e, ao mesmo tempo, didático, considerando o perfil complexo e altamente técnico da indústria de energia elétrica. Por isso, a Vix vai negociar contratos apenas com projetos operacionais.

O objetivo, explicou o executivo, é estimular um crescimento sustentável de aportes do mercado de capitais no setor elétrico. Nesse sentido, o FIDC já tem aprovado um capital total de R\$ 200 milhões. Dessa forma, uma nova tranche de R\$ 100 milhões deverá ser captada no próximo ano, conforme os negócios da Vix forem evoluindo.

O passo seguinte, afirma Bispo, será lançar um segundo fundo, que poderá incluir ativos em construção, de maior risco, em 2021. O executivo entende que os investimentos no setor estão aderentes à reforma do marco regulatório, em discussão no Congresso e no **Ministério de Minas e Energia**, e ao processo de abertura do mercado de energia.

Com relação à Máxima Energia, a previsão de faturamento para 2019 é de cerca de R\$ 1,5 bilhão, diz Bispo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Fabio Graner e Edna Simão — De Brasília

Título: Privatização vai acelerar em 2020, diz Mattar

O secretário especial de Desestatização do Ministério da Economia, Salim Mattar, disse que o processo de privatizações ganhará velocidade em 2020.

Hoje a União tem participação em 627 empresas. Em 2019, conseguiu sair de 67. No ano que vem, o governo quer deixar de estar em mais de 120 empresas. Mas o número pode saltar para mais de 300 se sair a venda da Eletrobras e suas cerca de 210 subsidiárias. Ele acredita que o Congresso autorizará a privatização no primeiro quadrimestre do ano.

Um dos maiores entusiastas do plano de redução do Estado defendido pelo governo, Mattar admite que o processo neste ano foi lento, reflexo da curva de aprendizado da atual equipe econômica e das amarras que o Estado impõe para dificultar a desestatização. Por isso, promete apresentar ao Congresso em fevereiro projeto que cria o chamado “fast track” (via rápida) das privatizações.

Na lista de metas a cumprir em 2020 está se desfazer de participação direta minoritária da União em 57 empresas. Até 2022, a ideia é que o BNDESPar deixe de participar de todas as empresas. Mas Mattar não se mostra otimista com o ritmo para venda dos Correios.

Em entrevista ao **Valor**, Mattar ressaltou que tudo será feito de forma gradual e com muita cautela, principalmente no caso das participações do BNDESPar em empresas abertas. Ele frisou que Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras não serão vendidos no atual governo.

Com a venda de participações pela BNDESPar, Mattar destacou que o banco vai pagar pelo menos R\$ 100 bilhões para o Tesouro Nacional em 2020. Esse dinheiro será utilizado para abater dívida, o que, espera, resultará em menos gastos com juros e mais destinação de recursos para áreas prioritárias: segurança, saúde e educação.

Defendeu que a pauta de costumes mais conservadoras não atrapalha o avanço da agenda econômica mais liberal pois andam de formas separadas no Congresso. Mattar disse já se sentir à vontade em Brasília e mora com a família em uma casa no Lago Sul. Ressaltou que não tem pretensões políticas e que essa experiência no governo será a primeira e última. Leia os principais trechos da entrevista:

Valor: *Como foi este ano na sua área de redução do Estado, que carrega a marca do governo?*

Salim Mattar: Primeiro, queria dizer que estão diante de um ser estranho na Esplanada. Quando os empresários vêm para o governo, normalmente é para o Legislativo. Empresário vir com a minha posição, como um secretário de Estado

para cuidar de um objeto específico, no caso desestatização, não é uma coisa muito normal. Não tenho pretensão de vida política. Em governo, eu diria que essa experiência com o ministro Paulo Guedes deve ser minha primeira e última. Vi chance de ser feito um bom governo conservador liberal. Pela primeira vez no Brasil teria uma associação de conservadores com liberais no governo.

Valor: *Qual a principal diferença entre atuar no serviço público e iniciativa privada?*

Mattar: O governo é gigantesco e, por isso, moroso. Essa lentidão é contrapartida oposta ao que acontece na iniciativa privada. A tomada de decisão privada é muito mais rápida. Mas entende-se que no governo as coisas têm que ser mais cuidadosas. Essa lentidão faz parte do processo de governos. Não é uma coisa do governo brasileiro.

Valor: *Essa agenda liberal está avançando a contento?*

Mattar: Está avançando a contento. A reforma da Previdência mostrou profundidade e essa agenda pode ser explicitada no risco Brasil, na bolsa, no dólar, na confiança na economia, no PIB, na taxa de juros. Eu acredito certamente que nos quatro anos de governo Bolsonaro/Guedes a economia vai ter uma grande retomada. O presidente Bolsonaro será reconhecido como estadista ao longo de seu governo devido à essa recuperação de uma economia absolutamente esfrangalhada e uma tônica dos costumes em que, temos que entender, 57,7 milhões de brasileiros deram a ele esse mandato.

Valor: *O sr. não acha que essa pauta conservadora gera conflito e reforça a lentidão na agenda liberal?*

Mattar: Não. Andam separados. Em todos os países, as pautas mais conflituosas para a sociedade são as conservadoras. Isso é normal em qualquer país. A nossa democracia é madura, plena, e nós estamos vendo isso na implementação de uma pauta conservadora nos costumes e liberal na economia. É ridículo dizer que a democracia estava em risco.

Estamos assistindo à implementação de uma pauta conservadora nos costumes e liberal na economia”

Valor: *Qual o balanço da sua secretaria?*

Mattar: Encontramos 694 empresas que são de controle direto da União, ou seja, estatal, ou subsidiárias das estatais ou coligadas. A Petrobras tem 56 subsidiárias e 78 coligadas. A BNDESPar tinha participação em 40 empresas de capital aberto e em 72 de capital fechado. Das 40 de participação, ela já vendeu algumas. Tem ainda umas 30 participações. Em outubro de 2018, em Belo Horizonte, antes do segundo turno em um hospital público grande, inaugurado recentemente, não tinha gaze para cirurgia. Naquele momento que não tinha gaze, a BNDESPar tinha mais de R\$ 100 bilhões de participação em boas empresas. Eu pergunto para vocês? É ético o governo não ter gaze no hospital, mas ter R\$ 100 bilhões em participações de empresas? Não seria melhor vender esses R\$ 100 bilhões e fazer saneamento básico nas periferias de bairros de cidades pequenas? Nos últimos dez anos, o governo colocou R\$ 160 bilhões em estatais dependentes, aquelas que não param de pé e precisa de subvenção anual. Mais R\$ 30 bilhões em empresas que são superavitárias, mas que precisam de caixa para continuar investindo. São R\$ 190 bilhões. Não seria muito melhor o governo investir em saúde, educação e segurança que ter um fundo de aplicação em ações?

Valor: *O que fazer para acelerar as privatizações?*

Mattar: Estou surpreso com o apoio dos órgãos de controles à privatização. O apoio de CGU [Controladoria-Geral da União] e TCU à privatização. O TCU está querendo criar uma célula específica para nos ajudar a acelerar o processo na hora que receber nossas demandas. Temos o apoio do TCU e do Congresso. Inúmeros senadores e deputados com quem já estive apoiam essa pauta e reconhecem que 694 empresas é inadmissível. Temos investimentos inclusive em empresas de palha de aço e de detergente. Eu pergunto: o que leva governo brasileiro a ter participação numa empresa de detergente e palha de aço? Ou seja, nós nos perdemos.

Valor: *O governo está tendo dificuldades para privatizar a Eletrobras no Congresso....*

Mattar: Quem falava ali era o Senado. O Maia [presidente da Câmara, Rodrigo Maia] está muito mais otimista. Nós estamos numa democracia. Eles [Senado] estão dando um recado. Não quero entrar muito na pauta política porque meu negócio é mais desestatização.

Valor: *Mas qual é o recado?*

Mattar: Acho que o Senado quer ser mais ouvido. Mas anotem aí: a Câmara dos Deputados e o Senado vão aprovar a capitalização da Eletrobras. O Parlamento demonstrou na reforma da Previdência que tem sensatez, responsabilidade e está sensível aos grandes temas brasileiros e reconhece a pauta que elegeu o Bolsonaro.

Valor: *Quando deve ser aprovada? Ainda em 2020?*

Mattar: Sim em 2020. Posso arriscar que isso deve acontecer, possivelmente, no primeiro quadrimestre. Estou muito confiante. A Eletrobras precisa de R\$ 14 bilhões por ano, nos próximos cinco anos, para manter o market share dela. Ela consegue ter R\$ 3 bilhões, então precisaria de R\$ 11 bilhões do governo por ano. Não faz sentido. Nós precisamos fazer mais saneamento básico, precisamos de mais segurança.

Valor: *O governo está negociando alguma coisa para convencer a bancada do Nordeste?*

Mattar: Temos que entender que o Congresso é soberano. Eles podem aprovar uma lei para direcionar os recursos para o Norte e Nordeste ou seja lá para onde for.

Valor: *Qual a orientação para o BNDESPar? Zerar a participação em empresas?*

Mattar: Temos hoje carteira no BNDESPar de R\$ 110 bilhões, a maioria das empresas é listada. Certos comentários eu não posso fazer. Não está nos planos desse governo manter um hedge fund ou manter carteira de investimento robusta como temos hoje. Temos que ser cuidadosos nesses desinvestimentos. Será feito de forma cuidadosa e gradual. Vender participações da BNDESPar é o mais fácil ativo a ser desestatizado. Os Correios vão demorar muito tempo.

Valor: *Dá para dizer que o BNDESPar vai zerar sua carteira ao longo do governo Bolsonaro?*

Mattar: Vai zerar ao longo do governo Bolsonaro. Esses R\$ 110 bilhões até o fim do governo serão zerados, e os recursos serão usados para reduzir dívida. Se reduzo dívida, pago menos juros e sobra mais dinheiro para investir. Com a venda de ativos, o BNDES por exemplo, poderá devolver ao governo em IHCD [Instrumento Híbrido de Capital e Dívida]. Já devolveu este ano R\$ 123,5 bilhões de empréstimos.

Valor: *Quanto o BNDES devolverá ao Tesouro no ano que vem?*

Mattar: No ano que vem, no mínimo, R\$ 100 bilhões. Nós desalavancamos o banco público. Ele fica mais cuidadoso nos investimentos, devolve dinheiro e nós reduzimos a dívida.

Valor: *O presidente Bolsonaro concorda com a agenda de redução do Estado, mas se mostrou contra a privatização de Caixa e Banco do Brasil. Recentemente saiu notícia de que o BB seria privatizado. O sr. tem esperança de convencer o presidente a vender essas empresas?*

Mattar: Eu tenho muito trabalho. Eu tenho 627 empresas. Tenho três anos pela frente. Conseguimos diminuir só 67. Nestes três próximos anos, não haverá privatização de Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobras. Não vou tentar [convencer o presidente].

Valor: *Dá para reduzir para quanto a quantidade de empresas?*

Mattar: Não faz sentido ter essa quantidade de empresas. Esse governo está sendo zeloso. Então a União ter ações de Unibanco, Light, Santander, não faz sentido. Ter ação da Vivo? Os governos anteriores se perderam na quantidade. O número de empresas será reduzido substancialmente. Não devo falar sobre Petrobras, Banco do Brasil, que são empresas listadas. Estamos estimulando vender subsidiárias. Fechamos a CorreiosPar.

Valor: *Existe uma meta de vendas para 2020?*

Mattar: No mínimo, vamos dobrar esse número [de 67 empresas vendidas em 2019]. No governo PT foram criadas 90 estatais. No primeiro ano, nós reduzimos 2/3 das empresas que o PT criou. Isso é geométrico. Se vender no ano que vem a Eletrobras, que tem 210 empresas, já baixa 210. Até o fim do governo Bolsonaro, todas as empresas da BNDESPar serão vendidas. As participações da União queremos fazer em 2020.

O Parlamento demonstrou na reforma da Previdência que tem sensatez, responsabilidade e é sensível aos grandes temas”

Valor: *Vender as 57 participações minoritárias da União em 2020?*

Mattar: Algumas vamos ter dificuldades em vender por problemas de justiça. Mas vamos vender quase todas. Essas empresas valem hoje cerca de R\$ 2,5 bilhões.

Valor: *Como vai fazer com as empresas de capital fechado, principalmente da BNDESPar?*

Mattar: Você colocou o dedo na ferida. A negociação é um a um. Tem muita coisa malfeita que vamos ter que ver.

Valor: *O governo chegou bem audacioso, falando em R\$ 1 trilhão em privatização. O sr. acha que foi um erro de discurso?*

Mattar: Não foi R\$ 1 trilhão de privatização. Deu um ruído de informação. Quando cheguei aqui, nossas estatais valiam R\$ 1 trilhão. Nós vendemos um tanto. Então devem valer agora uns R\$ 900 bilhões. Algumas não serão vendidas durante este governo.

Valor: *O ministro Guedes disse recentemente que seria anunciada uma privatização de R\$ 250 bilhões. Qual é a empresa?*

Mattar: Dentro do nosso portfólio de empresas, estamos descobrindo coisas. O ministro disse que tem empresa que pode valer R\$ 250 bilhões. O fato é que tem que ser feito algum arcabouço jurídico para que isso possa acontecer. Isso ainda está em gestação dentro do ministério e eu não posso adiantar nada. Não posso dizer quem é.

Valor: *E o cenário para privatização dos Correios? Já saiu o pedido para os estudos da modelagem...*

Mattar: Os Correios vão ser privatizados por orientação do presidente. Porém, estão no PPI [Programa de Parceiras de Investimentos] para fazer “estudos”. Isso não significa privatização dos Correios. Se fosse para ser privatizado, estaria no PND [Plano Nacional de Desestatização]. Nós só temos certeza que vai ser privatizado quando entrar no PND. Se não estiver, está em conversa. Poderá ser ou não. Os Correios são uma empresa do ministério setorial de telecomunicações. As cinco do ministério da Economia estão no PND.

Valor: *E a Emgea e a Casa da Moeda? Há interessados?*

Mattar: A Emgea está prevista para ser privatizada no mês de julho, e a Casa da Moeda, em dezembro de 2020. Há interessados do Brasil e de fora. Mas não posso falar quem. Imagina uma Casa do Moeda do Brasil que pode produzir passaporte para todos os países da região. Poucos países têm casa da moeda.

Valor: *Como está o fast-track? O projeto não foi enviado ainda..*

Mattar: Inundamos o Congresso Nacional [com envio de projetos]. Então nós vamos mandar isso em fevereiro. Não posso adiantar. O que é o fast-track? É uma forma de vender mais rápido essas empresas. É um arcabouço jurídico de

forma a facilitar a venda de empresa e não gastar tanto tempo como gastamos no passado. Nós queremos um formato que, em vez de gastar 2,5 anos, vamos diminuir esse prazo. O projeto já está pronto. A redução [de tempo para privatização] será substancial. Queremos reduzir pela metade.

Valor: *Tem alguma coisa neste ano que o senhor faria diferente?*

Mattar: Foi um ano de aprendizado para nós que viemos de fora. Em 2020, todos os nossos projetos serão acelerados porque agora temos um melhor conhecimento do funcionamento do governo. Nós ficamos focados na reforma da Previdência até agosto. Não faria nada de diferente. Nós seremos mais ágeis pela curva do aprendizado. O que fizemos foi certinho.

Valor: *Foi noticiado recentemente alguns ataques à área do sr. e que o presidente teria cobrado as privatizações. Isso aconteceu?*

Mattar: Por isso temos o fast-track. No governo FHC gastaram-se 30 meses para poder vender cada empresa. Teve empresa que gastou seis anos. E em nosso governo já estamos com 20 meses para vender. Então detectamos que há um problema de lentidão do atual processo que vai pelo PPI, PND e BNDES. O fast-track vai acelerar.

Valor: *Pretendem acabar com o FI-FGTS [braço financeiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço]?*

Mattar: Somente duas empresas deram lucro. As outras, prejuízo. Ainda não discutimos o que vai acontecer. É discussão para o próximo ano. Mas, o mecanismo FI-FGTS mostrou-se economicamente inviável, contraproducente e oneroso para o cidadão.

Valor: *Não teme que com tamanha redução do Estado o Brasil fique sem braço para enfrentar momentos de crise e dificuldades?*

Mattar: Para enfrentar dificuldades, é preciso ter caixa e situação de país boa com CDS, inflação, juros baixos, confiança, PIB crescendo entre 2,5% e 3% no ano que vem, entre 3% e 3,5% em 2021 ou até 4% em 2022.

Valor: *Quando o país pode recuperar o investment grade?*

Mattar: É possível no final de 2020. As agências estão cautelosas, mas a economia brasileira vai bombar em 2020. Estou sendo otimista? Talvez pelo crescimento da economia. Estou esperando 2,5% a 3% ano que vem. Em 2021, espero crescimento acima de 3%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/12/2019****Seção: Suplemento****Autor:****Título: Estradas recebem os primeiros eletropostos**

Concessionárias investem no abastecimento de veículos elétricos

As rodovias brasileiras começam a ingressar em uma nova era. A instalação de eletropostos em diversas estradas do Sudeste e Sul, com destaque para trechos no Estado de São Paulo, apontam para os primeiros passos do avanço da mobilidade elétrica no Brasil. Ao contrário do modelo tradicional de abastecimento focado em postos de gasolina, os eletropostos são instalados em shoppings ou outros pontos comerciais. O sistema de tarifas ainda está em estudo pelas concessionárias.

Uma das principais iniciativas foi anunciada no fim de outubro e envolveu dez empresas do setor de energia e transportes. A ideia se originou de uma chamada pública inédita de projetos de pesquisa e desenvolvimento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Pela primeira vez, a ação contou com uma rede de inovação fora do setor elétrico. O projeto conta com investimento de R\$ 32,9 milhões - 80% da concessionária EDP, e os 20% divididos entre Audi, Porsche e Volkswagen, que realizarão os testes com seus veículos para homologação da infraestrutura, e entre as empresas ABB, Electric Mobility Brasil e Siemens, fornecedoras das soluções de carregamento. O projeto vai conectar 64 pontos de carregamento que interligam São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Curitiba e Florianópolis, formando um corredor de abastecimento de automóveis elétricos com mais de 2.500 km de extensão.

Serão instalados novos pontos de carregamento a uma distância máxima de 150 km nas rodovias Tamoios, Imigrantes, Carvalho Pinto, Governador Mário Covas (conexão com o litoral paulista e Espírito Santo), Dom Pedro, Washington Luís e Régis Bittencourt (conexão com corredores do Paraná e Santa Catarina). É o primeiro e maior projeto da América do Sul de instalação de carregadores ultrarrápidos (150kW e 350kW). As primeiras inaugurações estão programadas para 2020, com a conclusão em até três anos.

A participação de empresas de diversos elos da cadeia aumenta as chances de êxito, afirma Roberto Brandão, do grupo de energia elétrica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que coordena o projeto do lado acadêmico. “O

ecossistema é fundamental para as inovações ganharem escala”, afirma o presidente da Volkswagen América Latina, Pablo Di Si. “O projeto nasceu há um ano e meio e envolveu várias conversas”, diz Johannes Roscheck, CEO e presidente da Audi do Brasil.

Os novos eletropostos colocarão a EDP na liderança em postos de carregamento ultrarrápido no Brasil - capazes de reabastecer 80% da bateria de um carro em 25 a 30 minutos. Serão 29 postos de 150kW (DC) e um posto de 350 kW (DC), e mais 30 equipamentos de 22kW (AC). “A mobilidade elétrica será uma tendência que irá estar presente nas grandes cidades mundiais e estamos investindo nessa solução aqui no Brasil para analisar alguns pontos, como a tarifação”, afirma Miguel Setas, presidente da EDP no Brasil.

A empresa lançou ano passado um corredor com postos de carregamento para carros elétricos na rodovia Presidente Dutra. As estações de recarga permitem, pela primeira vez, fazer uma viagem completa em veículo elétrico entre SP e Rio. Em um ano, já foram registradas cerca de duas mil recargas. Estudo da CPFL Energia estima que o Brasil precisará de 80 mil eletropostos públicos até 2030.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/12/2019

Seção: Economia

Autor: Wellington Bahnemann Luciana Collet

Título: Leilão da Aneel atrai R\$ 4,18 bi em investimentos

Agência vende todos os 12 lotes para projetos de transmissão de energia; governo já planeja duas novas licitações no próximo ano

A forte competição entre os investidores deu o tom de leilão de transmissão de energia realizado ontem pelo governo federal. O certame, que ofereceu a concessão de 34 projetos e atraiu R\$ 4,18 bilhões em investimentos, contou com a presença de 38 empresas nacionais e internacionais e registrou o maior deságio de uma licitação deste tipo, de 60,3%. O resultado foi comemorado pelo Ministério de Minas (MME) e Energia e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que organizou o leilão.

Os projetos foram divididos em 12 lotes. Os colombianos da ISA Cteep foram os grandes vencedores do leilão, conquistando três lotes que somam R\$ 1,3 bilhão em investimentos e surpreendendo pela agressividade das suas propostas – os deságios variaram entre 65,4% e 68,12%. O diretor Financeiro e de Relações com Investidores da transmissora, Alessandro Gregori, afirmou que a ISA Cteep não foi agressiva, mas “competitiva”. A estratégia adotada foi a de centrar esforços nos ativos em que poderia extrair mais sinergias.

O sócio da consultoria Thymos Energia, João Carlos Mello, disse que o forte deságio é sinal da maturidade do setor elétrico, de forma que os empreendedores podem agregar “riscos controláveis” em seus lances, como estimar um aumento no ritmo de obras que resulte em uma antecipação na entrega do projeto. “Não significa que a Aneel esteja maluca e colocou uma receita teto alto demais ou os proponentes ficaram malucos”, afirmou.

O principal lote ofertado no leilão foi o de número 11, composto por duas linhas de transmissão e duas subestações no Acre. Quando estiver em operação em março de 2025, estes projetos permitirão a integração de parte do Estado ao Sistema Interligado Nacional (SIN), reduzindo o uso da energia das termoelétricas, mais cara, para atender a região. “Isso vai trazer uma economia de R\$ 150 milhões por ano aos consumidores”, afirmou o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, ao final da licitação. O lote 11 foi arrematado pelo Consórcio Norte, composto pela Zopone Engenharia e Comércio e Sollo Participações.

Para o diretor da Aneel, alguns fatores explicam a forte disputa pelos projetos: a estabilidade regulatória do setor elétrico, o que tornaria o mercado atrativo aos investidores em um contexto de queda da taxa de juros Selic; a composição dos lotes do leilão, com ativos de maior e menor porte, atraindo empresas de diferentes perfis; e o que ele chamou de aprimoramentos regulatórios nas regras do certame, compatibilizando, por exemplo, o prazo de implementação dos empreendimentos à realidade do processo de licenciamento ambiental do País.

No certame de ontem, grandes operadores do setor como CPFL Energia, Equatorial, Energisa e State Grid participaram da disputa, mas não foram competitivas nas propostas. O deságio de 60,3% resultou em uma receita anual permitida (RAP) para construir e operar os ativos de R\$ 285,7 milhões. Ao todo, serão construídas 17 linhas de transmissão (2,47 mil quilômetros) e 17 subestações (7,8 mil MVA em capacidade de transformação). Os projetos serão implementados em 12 Estados da Federação.

Com o resultado do leilão de ontem, **o ministro de Minas e Energia (MME), Bento Albuquerque**, destacou que as licitações de geração e transmissão realizadas em 2019 resultarão em R\$ 10 bilhões em novos investimentos nos próximos cinco anos. “Isso vai trazer ao consumidor uma economia de R\$ 10 bilhões, além de geração de empregos”, afirmou.

Para 2020, o governo planeja realizar dois leilões de transmissão, um em cada semestre. A Secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier, antecipou que a licitação prevista para dezembro do ano que vem deve ofertar projetos ao mercado que somam o dobro dos investimentos do leilão de ontem – ou seja, entre R\$ 8 bilhões e R\$ 9 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 20/12/2019****Seção: Política****Autor: Camila Turtelli Vera Rosa / BRASÍLIA****Título: 'Não há espaço para o centro em 2022'**

Entrevista

Onyx Lorenzoni, ministro da Casa Civil

Atual chefe da Casa Civil, Onyx prevê nova disputa polarizada: 'Não tem espaço

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou não ver chance de um candidato de centro vencer a próxima eleição presidencial, em 2022. "Não tem espaço para o muro. Nem para o PSDB e o MDB ficarem flutuando aí", disse ele ao Estado. Filiado ao DEM, Onyx prevê uma nova disputa polarizada entre a direita e a esquerda, mas com muitas mudanças no quadro partidário até lá. "Precisamos ter paciência para que as morangas se acomodem", comentou o ministro, que tem na mesa de trabalho o Novo Testamento - Salmos e Provérbios. Deputado licenciado, ele considerou "maluquice" os rumores de que será alvo de uma reforma ministerial.

Qual o impacto político das investigações envolvendo o senador Flávio Bolsonaro?

Para o governo? Nenhum. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

Mas não existe uma preocupação de que isso possa ser usado para desgastar o presidente Jair Bolsonaro até mesmo no Congresso?

Acredito no caráter e na integridade do senador Flávio. O que a gente vê no Brasil é uma tentativa de criar artificialmente fato que possa trazer transtorno ao governo do presidente Bolsonaro. Uma coisa importante é a gente lidar com a verdade e, graças a Deus, temos as redes sociais.

O sr. vai se filiar ao Aliança pelo Brasil, o novo partido do presidente, ou continuará no DEM?

Eu apoiei o candidato Jair Bolsonaro, no ano passado, com o DEM apoiando Alckmin (exgovernador Geraldo Alckmin, que concorreu à Presidência pelo

PSDB). Não tenho razão para mudar de partido. Nós precisamos ter paciência para que as morangas se acomodem no Brasil.

Que morangas?

O quadro político-partidário precisa se acomodar. Vão ter muitas acomodações daqui até 2022, porque vem uma cláusula de barreira muito forte. Então, tem muito partido que vai minguar. A gente precisa observar como vão acontecer as eleições do ano que vem. Eleições municipais e presidenciais são desconectadas, mas servem como bom termômetro de como a sociedade vai se posicionar, se vai ter um passo atrás ou à frente.

Qual o cenário o sr. vê para a disputa presidencial de 2022? A polarização vai continuar?

Sim, entre esquerda e direita. Não muda isso. Não tem espaço para muro. Não tem espaço para centro, não. Quem achar que tem espaço para centro repetirá o Macri (Mauricio Macri, ex-presidente da Argentina, derrotado na eleição deste ano). Por que o Macri caiu? Porque não se manteve onde tinha de se manter.

Quem é o centro?

Não tem espaço para PSDB, MDB ficarem flutuando aí. Vai ser uma disputa entre dois polos. E vai ser mais dura que a última, para os outros. Eu acho que ele (Bolsonaro) entra como franco-favorito e mata no primeiro turno.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva consegue recuperar os direitos políticos e disputar a próxima eleição?

O Lula é caso de polícia, e não de política. Vai ter um representante da esquerda. Não sei se é o Haddad (Fernando, candidato do PT em 2018) ou outro que vão botar.

Há nos bastidores informações de que o sr. e os ministros Abraham Weintraub (Educação) e **Bento Albuquerque (Minas e Energia)** deixarão o governo no início de 2020. O sr. está se preparando para voltar ao Congresso?

Isso é mentira. Uma maluquice. O governo tem um time unido de ministros e o presidente não se move por fofocas. Weintraub é o homem certo no lugar certo. E o ministro Bento vamos trocar por quê? Ele arrumou, nas vendas de óleo e gás, mais de R\$ 200 bilhões para o Brasil.

O ano de 2019 foi marcado por concessões ao Congresso, cargos, emendas parlamentares. O governo Bolsonaro aderiu ao presidencialismo de coalizão?

Nem morto. Nós rompemos com tudo isso. Desde o governo Sarney, o presidencialismo de coalizão era ministério de porteira fechada. Nosso governo é completamente diferente. Aqui não tem corrupção, não tem toma lá, da cá, não teve marcação de território, que eram as características que levaram ao mensalão e ao petrolão. Nós fizemos a maior reforma previdenciária do mundo ocidental. Nenhum país fez uma reforma tão ampla e profunda, quer do ponto de vista da ação, quer do ponto de vista fiscal. A nossa, nesses primeiros dez anos, dá um R\$ 1,1 trilhão.

O sr. disse que alguns programas sociais serão revistos. O Bolsa Família vai mudar ou a mudança será só de nome?

Era o governo Dilma que inaugurava placa e mudava nome. Aqui a gente trabalha sério. Pode ou não (mudar o nome). O relevante para nós é mostrar que, vencida a etapa de reorganização do governo, vamos gerar empregos. É o nosso foco, agora que a economia entrou nos trilhos. Não emprestamos dinheiro para nenhuma ditadura comunista. Vamos apresentar, em janeiro, um programa de treinamento de mão de obra, uma requalificação dos “nemnem”, que são milhões de jovens que não trabalham nem estudam. Até maio devemos apresentar um novo Bolsa Família.

O sr. concorda com proposta de parlamentares de tornar permanente a parcela de 13º salário do Bolsa Família?

Assim como nós colocamos a economia no lugar, quietos, sem barulho, vamos fazer a mesma coisa na área social. (A parcela do 13.º) tem que existir. Se é permanente ou a cada ano renovada, isso não muda nada. O Congresso se queixa de que o Orçamento está engessado e cada vez engessa mais. E aí, como é que sai dessa contradição?

O presidente disse que vai vetar o fundo eleitoral. Isso não atrapalha a relação com o Congresso, já que foi o próprio governo quem propôs o valor de R\$ 2 bilhões para esse fundo?

Não, o governo não propôs isso. Apenas repetiu o número que estava lá que foi votado e dado pelo próprio Parlamento. Como o fundo eleitoral não é política de governo, o governo apenas cumpre o que a lei determina. Na hipótese de haver veto, cabe ao Parlamento acatar ou não. Isso é democracia.

Com o PSL rachado, o governo perde votos na Câmara. Isso não preocupa?

O governo nunca teve base. Mesmo se você tivesse cem (deputados), isso é base? Resolve? Ajuda no quê? O PT teve 90 e resolveu? Você tem de ter 300. Esse é o ponto. E lembre-se de que não íamos votar a Previdência até julho na

Câmara, mas votamos. Depois, não íamos aprovar neste ano no Senado. Aprovamos.

Mas foi preciso liberar emendas parlamentares extras...

Ninguém liberou emenda extra nenhuma. Fizemos programas de governo para os quais parlamentares, historicamente, sempre tiveram acesso. E nós, mesmo com o contingenciamento de R\$ 34 bilhões do Orçamento, demos condições para que pudessem acontecer. Então, estão cobrando da gente o quê?

É porque o discurso do governo sempre foi o de que não haveria toma lá, dá cá...

E não tem. Quem escreve isso mente vergonhosamente.

Mas depois da aprovação da reforma da Previdência, deputados chegaram a paralisar uma votação porque o governo não tinha liberado emendas...

Aí havia outras questões. Eu tenho 24 anos de mandato consecutivo (na Câmara) e nunca conheci uma relação entre Executivo e Parlamento que não tivesse tensão. Isso vai continuar. Vai lá no Rio Grande do Sul para ver a tensão, agora, para votar a reforma da Previdência.

O sr. continua disposto a concorrer ao governo gaúcho?

Quem decide o que eu vou fazer é Deus em primeiro lugar. Em segundo lugar é o senhor Jair Messias Bolsonaro.

O sr. foi criticado pela articulação política com o Congresso e o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, disse ao Estado que há muita intriga no Planalto. O fogo amigo entre os senhores aumentou?

Entre eu e o Ramos não tem nada. Somos amigos há muitíssimos anos. O problema está na porta da rua lá (olha em direção ao Congresso). Aqui dentro não tem problema.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/12/2019

Seção: Economia

Autor: André Vieira Mônica Scaramuzzo Wagner Gomes

Título: Preço por refinarias da Petrobrás deve ir a R\$ 50 bi com interesse de estrangeiros

Privatização. Entre os grupos que já apresentaram proposta, estão a chinesa Sinopec, o fundo de investimento Mubalada, de Abu Dabi, e a gestora americana EIG; estatal colocou à venda oito unidades, marcando a entrada de empresas privadas no setor de refino no País

Impulsionada pelo interesse de grupos estrangeiros, a privatização de oito refinarias da Petrobrás deverá movimentar mais de R\$ 50 bilhões, segundo estimativas de analistas de mercado. Empresas petroleiras, grandes grupos internacionais e companhias brasileiras entram na reta final para a apresentação das propostas, processo que teve início em novembro. O resultado da venda das quatro primeiras unidades vai sair em março do próximo ano.

O mais recente movimento envolve grupos brasileiros associados a petroleiras internacionais. O grupo Ultra, dono da rede Ipiranga, negocia a formação de um acordo com a petroleira britânica BP para tentar arrematar pelo menos uma das oito refinarias colocadas à venda, segundo antecipou o Estadão/ Broadcast. O grupo Cosan, por meio da Raízen (joint venture com a Shell), fez oferta por quatro unidades de refino, apurou o Estado.

O grupo está em conversas para atrair operador de refino de fora para seu consórcio. Também apresentaram proposta pelas refinarias a chinesa de energia Sinopec, o fundo de investimento Mubalada, de Abu Dabi, e a gestora americana EIG. De acordo com relatório da XP, os valores devem variar entre R\$ 6,2 bilhões e R\$ 17,6 bilhões, o que pode render algo entre R\$ 52 bilhões e R\$ 57 bilhões para a estatal brasileira.

Monopólio. A venda das oito refinarias – metade do parque de refino da Petrobrás – faz parte do plano de desinvestimento da estatal para reduzir seu endividamento e se concentrar na exploração e produção de petróleo. Neste ano, a Petrobrás se desfez de importantes negócios – vendeu a Liquigás, de gás de cozinha, para o consórcio formado por Copagaz, Itaúsa e Gás Nacional, por R\$ 3,7 bilhões; e o gasoduto TAG para a francesa Engie, por US\$ 8,6 bilhões. A operação também vai marcar a quebra do monopólio da empresa na área de refino. “Podemos esperar um impacto grande no setor de transporte e na estrutura de custo do País”, diz Shin Lai, estrategista e analista da Upside Investor.

Na venda dos ativos estão incluídos os sistemas logísticos, como terminais e dutos. Entre os investidores que acompanham a negociação, a Regap, em Betim (MG), e a Repar, em Araucária (PR), são as refinarias mais atraentes: mais modernas, estão próximas dos grandes mercados consumidores como São Paulo e Rio de Janeiro, onde a Petrobrás vai manter suas operações de refino. Procuradas, Ultra, Cosan, Petrobrás, Mubadala não comentam o assunto. EIG e

BP não retornaram os pedidos de entrevista. Nenhum porta-voz da Sinopec foi encontrado para comentar o tema.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/12/2019

Seção: Economia

Autor: André Vieira Mônica Scaramuzzo Wagner Gomes

Título: Distribuidoras preparam entrada no setor de refino

Se conseguirem concretizar aquisições, donas da Ipiranga e da Shell no País vão atuar da produção de combustíveis à venda final

Pesos-pesados em distribuição de combustíveis no País, os grupos Ultra, dono da rede de postos Ipiranga, e a Raízen, joint venture entre Cosan e a gigante Shell, vão verticalizar suas operações, entrando em todas as etapas do processo – desde o refino até a venda final ao consumidor –, se conseguirem efetivar a compra de refinarias colocadas à venda pela Petrobrás. A intenção da Ultrapar, ao formar um consórcio com a petroleira britânica BP, é fortalecer sua estrutura de capital e poder competir em pé de igualdade com os grandes competidores estrangeiros. “Para entrar na disputa para valer, o Ultra precisará ter alguém com capacidade para dividir o cheque”, diz uma fonte.

No terceiro trimestre, o grupo brasileiro encerrou o período com dívida de R\$ 8,6 bilhões, o que representou 2,7 vezes o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda). A BP é a maior petroleira da Grã-Bretanha. O Ultra teria tentado também se aproximar de outras grandes petroleiras, como a americana Exxon, mas as conversas não foram adiante. De acordo com fontes ouvidas pelo Estadão/Broadcast, o interesse do Ultra é conquistar pelo menos uma das quatro grandes refinarias de um total de oito ativos de refino à venda – a Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco; a Gabriel Passos (Regap), em Betim; a Getúlio Vargas (Repar); e a Alberto Pasqualini (Refap), em Canoas.

O grupo Cosan, que já atua em refino na Argentina, também busca um operador para atuar no Brasil. A Raízen não será controladora do negócio. Uma fonte a par do assunto afirmou que a empresa busca formar um consórcio para que possa fazer a gestão desse negócio. Tradings suíças e americanas são apontadas como potenciais operadoras que podem se unir a grupos estrangeiros e nacionais para atuar em refino no Brasil. “O refino no Brasil é um excelente negócio.

Para as distribuidoras de combustíveis Ultra e Raízen, que também são importadoras de derivados de petróleo, entrar neste setor faz todo o sentido”,

avalia Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). Pires lembra que Ultra e Raízen têm sido grandes importadoras de derivados de petróleo de 2016 para cá. “A diferença de frete de exportação de óleo cru e importação de derivados pode ser colocada na margem dessas empresas”, afirma. A quebra no monopólio de refino da Petrobrás vai criar um novo mercado no setor.

Riscos. Analistas de mercado observam, contudo, que os investidores têm receio de uma eventual intervenção do governo na política de preços, o que pode limitar os ganhos. “Não é trivial pensar que não há risco, mas a pergunta é quão liberal o Estado brasileiro será em relação ao preço dos combustíveis”, diz Gabriel Fonseca, analista da XP Investimentos. Em abril, as ações da Petrobrás despencaram depois que o presidente Jair Bolsonaro pediu para suspender o aumento no diesel.

Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, diz que existe um ceticismo no setor de óleo e gás por investidores estrangeiros que precisa ser quebrado ao firmar contratos de longo prazo no Brasil. “Isso ficou muito claro nos leilões de excedentes do pré-sal. Os gringos ficaram de fora, existe um compasso de espera”, diz ele, lembrando das dúvidas sobre regulação e a política de preços.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/12/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Boleia

PAINELS.A

Mesmo com o fracasso da greve de segunda (16), o líder caminhoneiro Marconi França gostou da resolução da ANTT para ampliar a fiscalização da tabela do frete por meios eletrônicos, publicada no dia seguinte. O motorista diz que agora ficará atento à revisão dos valores mínimos, que considera baixos, programada para 20 de janeiro.

Plataforma

O Ministério Público do Trabalho fechou um acordo com a Petrobras na quarta-feira (18) para evitar que profissionais da estatal sejam demitidos em consequência do processo de desinvestimento da companhia. O órgão movia ação civil pública sobre o caso na Bahia.

Em casa

Pelo acordo, a Petrobras deve manter pelo menos 40% dos funcionários alocados em seus estados de origem por ao menos 18 meses. Também será necessário criar um comitê permanente de mudança para tratar das transferências de empregados para outras regiões.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/12/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: Retomada da venda da Braskem só no fim de 2020

Coluna do broadcast

A abertura das negociações para a venda da Braskem só deve acontecer a partir do segundo semestre de 2020, por conta da agenda de compromissos da companhia para tentar resolver os problemas de sua unidade em Alagoas. A crise provocada pelas acusações de órgãos públicos, de que seria responsável por rachaduras em casas e ruas na área em que explora sal-gema, emperra qualquer conversa. Em maio, a holandesa LyondellBasell desistiu de comprar a petroquímica por conta de Alagoas. A companhia espera que os estudos de avaliação sobre se de fato é responsável pelo afundamento de três bairros em Maceió sejam concluídos em março. Além de serem usados para confrontar processos movidos na Justiça que somam mais de R\$ 40 bilhões, os estudos farão parte do cálculo de vários custos relacionados ao problema, com impacto potencial na geração de caixa da companhia por anos.

» Mais embaixo. Dentre eles, estão custo das indenizações que a Braskem começou a ter este mês com 2 mil pessoas. O número pode crescer consideravelmente, já que o Ministério Público apontou 40 mil afetados. O impacto vai se dar, ainda, em relação ao fechamento de 35 poços de exploração do sal-gema e, sobretudo, à mudança no fornecimento dessa matéria-prima para regiões mais remotas.

» Ponta do lápis. A brincadeira toda é, portanto, relevante. A Braskem deve começar a divulgar alguns desses custos no balanço do quarto trimestre. Por enquanto, a companhia deixou de acrescentar em sua geração de caixa mais de R\$ 200 milhões por conta do fechamento de outras fábricas que usavam o sal-gema em Alagoas. Procurada, a Braskem não comentou.

» Agora vai. O Credit Suisse foi escolhido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para comandar a oferta subsequente de ações (follow on) da Petrobrás, para venda dos papéis detidos

pelo banco público. Também farão parte do sindicato outros sete bancos, que estruturarão a oferta de ações da petroleira. Procurado, BNDES não comentou.

» Partida. A primeira reunião com todos os assessores, que no jargão do mercado é chamada de “kick off”, deve ser hoje, dia 20. A oferta pode ocorrer no primeiro trimestre do ano que vem. Apenas em ações ordinárias, a participação do BNDES vale R\$ 24 bilhões.

» Melhorou. Em meio à elevada taxa de desemprego no Brasil, a satisfação do brasileiro com o emprego subiu. O Índice Sodexo de Qualidade de Vida no Trabalho (IQVT) atingiu 6,5 pontos no terceiro trimestre deste ano – em uma escala que vai de zero a dez, 5% maior que o visto no mesmo intervalo de 2018.

CYNTHIA DECLOEDT, WAGNER GOMES, FERNANDA GUIMARÃES, ALINE BRONZATI
E CIRCE BONATELLI

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/12/2019

Seção: Mercado

Autor: Ivan Martínez-Vargas

Título: Disputado, leilão de transmissão atrai R\$ 4,2 bi em investimentos privados

Pregão tem média de dez interessados por lote de linhas de energia; deságio médio é de 60%

São Paulo - O leilão de linhas de transmissão de energia promovido pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) nesta quinta-feira (19) terminou com todos os 12 lotes arrematados, com uma disputa média de dez proponentes por ativo, um recorde.

Os vencedores devem realizar, ao todo, investimentos de R\$ 4,2 bilhões para a construção e a operação das linhas.

Para especialistas, a melhoria no cenário econômico, a segurança regulatória do setor elétrico e a queda na taxa de juros contribuem para o alto interesse dos investidores no certame.

Com a disputa, todas as linhas foram arrematadas com deságio em relação ao preço máximo da RAP (Receita Anual Permitida) —valor anual pago à transmissora pela prestação do serviço.

O deságio médio foi de 60,30%, o que deverá baratear o custo da energia na ponta a médio prazo.

Para Joisa Dutra, do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da FGV, esse tipo de investimento ganhou competitividade com a queda da Selic (taxa básica de juros), hoje em 4,5% ao ano.

“A atratividade dos investimentos em infraestrutura e ativos reais aumentou na comparação com os financeiros, como títulos do Tesouro.”

A elétrica Cteep, controlada pelo grupo colombiano ISA, foi o principal destaque da licitação, ao arrematar 3 dos 12 lotes de projetos. A empresa levou linhas em São Paulo e Mato Grosso do Sul (lote 6), no Rio Grande do Sul (lote 1) e em Minas Gerais (lote 7).

Também tradicional no setor, a Neoenergia, do grupo espanhol Iberdrola, venceu um lote e construirá linhas e subestações de transmissão na Bahia e em Goiás.

“O leilão despertou interesse porque a transmissão não demanda uma grande complexidade na operação, tem uma demanda fixada e funciona como um investimento em renda fixa [por 30 anos, prazo dos contratos]”, diz a advogada Laura Souza, sócia do escritório Machado Meyer.

Segundo ela, os maiores riscos para investidores são licenciamento ambiental e fundiário, por causa de desapropriações, e potenciais problemas costumam ser menores nas regiões mais disputadas.

De acordo com a advogada, as empresas tradicionais, como Cteep e Neoenergia, puderam oferecer os maiores de-ságios porque têm ganhos de competitividade ao já operar em regiões próximas às dos lotes que arremataram.

Empresas de engenharia e construção também tiveram presença na licitação. “Para investidores menores, como empresas médias, o leilão também ofereceu ativos interessantes, como o lote 8 [de 37 km de linhas no Ceará]”, afirmou Souza.

Os investidores terão prazo máximo de 36 meses a 60 meses para iniciar a operação das linhas, a depender da região. A remuneração só começa a ser paga depois que as linhas de transmissão estiverem em funcionamento.

“Haverá uma redução no valor da tarifa cobrada do usuário no longo prazo, já que todos pagam pelo fio, mas há outras vantagens, como a de aumentar a rede de transmissão e abrir espaços para a instalação de empreendimentos em

energia renovável mais competitivos, por exemplo”, diz Maria Cara Zeferino, da consultoria Excelência Energética.

“Com mais energia limpa, é possível reduzir o uso de combustíveis fósseis, que têm encargos, na matriz”, diz.

Segundo Zeferino, a ampliação da rede também aumenta a gama de possibilidades de escoamento de energia.

A Aneel deverá promover no segundo semestre de 2020 outro leilão de projetos de transmissão, os quais demandarão R\$ 9 bilhões em investimentos, segundo o diretor-geral da agência, André Pepitone. A estatal EPE avalia os projetos a serem colocados na licitação.

O certame deverá se somar a uma licitação já agendada para o ano que vem, em 26 de junho, que ofertará empreendimentos com aportes estimados em R\$2,1 bilhões.

Com a Reuters

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/12/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Leilão de projetos de transmissão de energia atrai R\$ 4,2 bilhões

São Paulo- O leilão de concessões para novos projetos de transmissão de energia realizado ontem pelo governo registrou uma concorrência histórica, com a atração de propostas para todos os empreendimentos ofertados. Isso deverá viabilizar R\$ 4,2 bilhões em investimentos.

A intensa disputa pelos contratos para a construção e futura operação dos empreendimentos levou a um deságio médio de 60,3% na receita a ser recebida pelas empresas em relação ao teto estabelecido para cada lote, um recorde, disse a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos do governo federal, Martha Seiller: — Como a gente brinca, nunca antes na História deste país... nunca tínhamos ultrapassado a marca de 60% de deságio.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), houve em média dez empresas na competição para cada projeto do leilão, também uma marca histórica.

A elétrica Cteep, controlada pelo grupo colombiano ISA, arrematou três dos 12 lotes em oferta, o que deve representar investimentos de R\$ 1,33 bilhão,

segundo a Aneel. Já a Neoenergia, da espanhola Iberdrola, levou um projeto, orçado em R\$ 303,3 milhões.

Participaram também Zopone Engenharia, sozinha e pelo consórcio Norte, com a Sollo Participações; o consórcio VSF Transmissoras (kf Participações e JAP Participações); e as empresas Baroío Participações e Engepar.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 20/12/2019

Seção: Negócios

Autor: Nelson Cilo

Título: ICMS assombra mineração de bauxita

São Paulo — A indústria brasileira de mineração tem vivido algo semelhante ao que os astrólogos chamam de inferno astral. Aumento dos custos da energia elétrica, queda na cotação internacional dos principais minérios e rompimento de barragens — como a da Samarco, em Mariana, e a da Vale, em Brumadinho — foram algumas das maiores dificuldades do setor.

A mais recente ameaça é a proposta de retorno da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as exportações de bauxita, a matéria-prima para a produção do alumínio. Segundo Milton Rego, presidente executivo da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), se os Projetos de Emenda à Constituição (PEC) 42/2019 e 201/2019, do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) e do deputado federal Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), respectivamente, que trazem de volta a cobrança do tributo estadual, forem aprovados, a indústria do alumínio corre o risco de entrar em colapso. “A volta dos impostos não resolverá as dificuldades financeiras dos estados, que estão em busca de novas fontes de receita, e causarão fechamento de empresas, queda de arrecadação e aumento do desemprego”, diz o executivo.

Atualmente, os estados que mais produzem bauxita e arrecadam com os royalties do minério são Pará, Maranhão, Goiás e Minas Gerais. Em 2018, do total de 8 milhões de toneladas produzidas, 6 milhões foram exportadas, principalmente para a Europa e Ásia. Pelos cálculos da Abal, a aprovação da PEC traria um impacto de US\$ 440 milhões no custo das operações da lavra da bauxita e de sua transformação em alumina, o principal produto na pauta de exportações da cadeia produtiva do alumínio.

“Cobrar ICMS sobre as exportações nos colocaria na contramão das economias mais desenvolvidas, além de minar a nossa competitividade no comércio internacional”, acrescenta Rego. Anastasia e Abi-Ackel não retornaram os pedidos de entrevista.

Para o economista Rodrigo Paro Alves, especialista em comércio internacional pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a volta do imposto estadual sobre as exportações vai afugentar empresas e reduzir a importância do setor de mineração do PIB nacional. “É um contrassenso propor aumento de impostos sobre uma atividade que já passou por queda da rentabilidade e dos investimentos”, diz ele. “Qualquer medida nesse sentido será extremamente prejudicial a todo o mercado e deve gerar mais insegurança nas empresas que planejam seus investimentos para longuíssimo prazo”.

A volta da cobrança do ICMS sobre as exportações com a revogação da Lei Kandir — que, nos anos 1990, isentou desse imposto produtos primários e semielaborados vendidos ao mercado externo — surgiu durante as discussões iniciais da reforma tributária e ganhou força depois dos desastres de Mariana e de Brumadinho, em Minas Gerais.

A medida surgiu como uma forma de punir mineradoras pelos acidentes. “A questão é que as cadeias mineradoras são diferentes entre si. A do ferro, por exemplo, dado o seu gigantismo e volume de produção, teria como absorver a cobrança do tributo. Mas não é o caso de outras cadeias produtivas, entre elas a do alumínio”, explica Rego. “O problema da PEC do senador Anastasia e da do deputado Abi-Ackel é tomar a árvore pela floresta”.

Há também a questão fiscal dos estados. A maioria deles, com o caixa em frangalhos, viu no fim da Lei Kandir a oportunidade de fazer dinheiro e aliviar o deficit. O ICMS é a maior fonte de arrecadação estadual e o imposto de maior peso no bolo fiscal nacional, respondendo por 20% de toda a arrecadação.

MME / ASCOM .